

Brasília,
25 de fevereiro de
2026

O BRASILIANISTA

Política, Direito, Economia e
Escritores de Brasília



LÍTICA ECONOMIA COLUNISTAS GEOPOLÍTICA J

Início » Murillo de Aragão

O Senado como cenário central

A verdadeira disputa estratégica será pela Casa Alta do Congresso



A eleição presidencial deverá ser decidida quando a composição do Legislativo já estiver definida (Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil)



Por **Manoela Cardozo** | 13 de fevereiro de 2026

O **Senado Federal** reúne atribuições constitucionais essenciais para a governabilidade: autoriza nomeações para o **STF**, a Advocacia-Geral da União, a **Procuradoria-Geral da República**, o Banco Central e agências reguladoras; interrompe a aplicação de leis julgadas inconstitucionais; confirma acordos internacionais e tem poder para remover ministros do STF com dois terços dos votos. Em um sistema democrático no qual o Judiciário exerce influência política crescente, o Senado funciona como espaço em que pode haver limitação ou contestação às decisões judiciais.

As eleições de 2026 concentrarão atenções na corrida presidencial. Mas a verdadeira disputa estratégica está na formação da maioria senatorial para 2027-2031. Ao longo da história, a configuração dessa Casa tem determinado o equilíbrio entre os Poderes da República: é nesse ambiente

que se encontram os meios para influenciar ou impedir indicações, diretrizes normativas e interpretações institucionais.

Pesquisas sugerem que o grupo bolsonarista poderá garantir de 42 a 44 cadeiras no Senado em 2027, quantidade suficiente para eleger o presidente da Casa. O movimento bolsonarista almeja mais: o impeachment do ministro **Alexandre de Moraes**, do STF. A estratégia da direita consiste em eleger 37 senadores favoráveis ao impeachment entre os 54 em disputa; que, somados aos dezessete com mandato até 2030, totalizariam 54. Esse cenário é possível, mas requer a conversão de indecisos no Centrão.

No lado petista, existe um dilema estratégico. Como Bolsonaro, Lula também aposta no Senado, porém enfrenta uma certa desordem. Em São Paulo, candidatos fortes competem por poucas vagas (Fernando Haddad, Geraldo Alckmin, **Simone Tebet**, Marina Silva, Márcio França), gerando fragmentação de esforços. No Rio de Janeiro, em Minas Gerais e outros estados, a base petista demonstra fraca competitividade, mesmo em áreas do Nordeste onde o partido tradicionalmente possui influência.

O Centrão surge como mediador decisivo. MDB, União Brasil, Republicanos, PP e PSD possuem poder decisório que vai além de sua representação numérica; um senador não

comprometido tem mais valor como instrumento de negociação política do que diversos votos já garantidos. Se Bolsonaro conseguir 44 senadores e Lula, 37, aproximadamente dez senadores do Centrão determinarão não só a presidência do Senado, mas também grupos capazes de obstruir nomeações e viabilizar ou impedir mecanismos de responsabilização. A fidelidade desses grupos dependerá de posições, ministérios e capacidade de veto sobre políticas que afetam interesses regionais e econômicos.

Provavelmente, a eleição presidencial será decidida no segundo turno, quando a composição do Legislativo já estiver definida. Se Lula for reeleito com um Senado desfavorável, terá um governo institucionalmente fragilizado. Caso o vitorioso seja do campo da direita, possivelmente a dificuldade de construir uma maioria deverá ser menor. Mas não há cenário de tranquilidade. O fato de a luta pela maioria no Congresso ocorrer antes mesmo de se saber quem será o presidente da República demonstra a importância sobre a escolha daqueles que definirão a temperatura do relacionamento entre os Poderes a partir de 2027.

***Este texto foi veiculado originalmente na [Veja](#).**

Siga O Brazilianista